



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Novembro/2025

Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado da Administração
Oficial Combatente da Polícia Militar do
Estado do Amapá (QOPMC)

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-002

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PRIMEIRA FASE – EXAME DE CONHECIMENTOS
PROVA OBJETIVA



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

**Mais importante que a vontade de vencer é a
coragem de começar.**

- Verifique se este caderno contém 70 questões numeradas de 1 a 70.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C ○ D ○ E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**EXAME DE CONHECIMENTOS (PROVA OBJETIVA)****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra, vários sentidos: “segurança”

As palavras nascem com um sentido original preso a um determinado contexto. Com o tempo, modificam-se, ganham novas significações por força de seu emprego em novos contextos. É essa a dinâmica de todas as línguas vivas, sobretudo em seus níveis de fala. Conhecer a história de uma palavra, por meio de sua etimologia e de seu percurso filológico, pode iluminar aspectos da história humana.

Tomemos como exemplo a palavra “segurança”, um conceito dos mais discutidos em nosso tempo. Essa palavra tem origem no termo latino “securitas”, que por sua vez deriva de “securus” (livre de preocupações, seguro), termo composto por “sine” (sem) e “cura” (cuidado, preocupação). Desde sua origem, pois, “segurança” remete à ideia de estar livre de cuidados, perigos ou riscos, ou seja, em um estado de tranquilidade e proteção.

Mas é nos diferentes contextos de seu emprego que se reconhece uma ampla gama de sentidos dessa palavra. Num nível psicológico, um indivíduo seguro está habilitado a enfrentar seus desafios munido de convictos valores pessoais. Na ordem social, a segurança se torna um bem público, a ser defendido pelas instituições que delegam a seus agentes o papel de defender os valores civilizatórios. Difícil imaginar alguém que nunca se tenha valido da proteção que nos estendem os responsáveis por nossa segurança. Já no âmbito da natureza, catástrofes podem ser, quando não evitadas, minimizadas por medidas preventivas de segurança.

Em nossos dias, o progresso avassalador da cibernética está pondo à prova as situações em que todos nós, ativa ou passivamente, integramos os processos midiáticos de comunicação, expandindo valores e interesses que entram na conformação da vida e do comportamento sociais. Quais os limites dessa propagação? Que segurança podemos ter contra os abusos extremos? – perguntem-se alguns. Ao mesmo tempo, há aqueles que reagem contra qualquer tipo de controle dos procedimentos da mídia.

Não há dúvida de que nossas fragilidades naturais, nossos interesses nem sempre comunitários, nossos instintos primitivos pedem, aqui e ali, algum controle, em favor da segurança de todos. Caracterizar os valores que devem ser objetos prioritários da formação individual, da segurança social e do equilíbrio planetário vem-se constituindo um desafio do nosso tempo.

(Abelardo Villa Siqueira, a editar)

1. Na estruturação desse texto, o parágrafo
 - (A) quinto mostra que nossos instintos primitivos impedem as palavras de fixarem qualquer sentido.
 - (B) primeiro tece uma consideração histórica a propósito da palavra central em análise.
 - (C) segundo se vale das origens contraditórias de um conceito que depois se uniformizou.
 - (D) terceiro explora a ação de sentidos segundo os contextos de uso da palavra em questão.
 - (E) quarto lembra que o uso atual da palavra em tela perdeu de vez o sentido original.
2. Na origem latina da palavra “segurança” está o termo “securus”, composto por sua vez de “sine” + “cura” (2º parágrafo), o que revela o propósito inicial de se
 - (A) administrar as tensões sociais dadas como inevitáveis.
 - (B) vincular o conceito de segurança a uma finalidade preventiva.
 - (C) reconhecer a precariedade das convicções pessoais dadas como seguras.
 - (D) tratar a segurança como um paliativo para as oscilações psicológicas.
 - (E) relativizar a eficácia das rígidas medidas públicas de segurança.
3. No atual quadro de expansão avassaladora das comunicações midiáticas,
 - (A) os limites entre a verdade dos fatos e a impostura tornam-se cada vez mais nítidos.
 - (B) os abusos são controlados por medidas judiciais comprovadamente eficazes.
 - (C) surgem controvérsias quanto à aplicação de medidas de controle e segurança.
 - (D) deve-se admitir que nossas fragilidades naturais não são passíveis de punição.
 - (E) os valores assumidos na vida social revelam-se cada vez mais consensuais.
4. Considerando-se o contexto, há uma relação de oposição de sentido entre os segmentos
 - (A) valores que devem ser objetos prioritários // desafio do nosso tempo (5º parágrafo)
 - (B) ganham novas significações // seu percurso filológico (1º parágrafo)
 - (C) dinâmica de todas as línguas vivas // aspectos da história humana (1º parágrafo)
 - (D) integramos os processos midiáticos // expandindo valores e interesses (4º parágrafo)
 - (E) interesses nem sempre comunitários // em favor da segurança de todos (5º parágrafo)
5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) valores que devem ser objetos prioritários (5º parágrafo) = princípios a se dar proeminência.
 - (B) por força de seu emprego (1º parágrafo) = a despeito do seu modo de utilização.
 - (C) remete à ideia de estar livre de cuidados (2º parágrafo) = deduz-se da falta de preocupação.
 - (D) se reconhece uma ampla gama de sentidos (3º parágrafo) = multiplicam-se ideias controversas.
 - (E) instituições que delegam a seus agentes (3º parágrafo) = agências que cumprem suas tarefas.



6. As formas verbais atendem às normas de concordância na frase:
- (A) Resulta da força dos nossos instintos primitivos as quebras de conduta que tanto mal nos fazem.
 - (B) São próprias das línguas vivas desenvolverem-se segundo a dinâmica de seu uso pelos falantes.
 - (C) Agrega-se ao percurso histórico de uma palavra os valores dos contextos em que ela se inserir.
 - (D) Deve-se às convicções íntimas de um indivíduo o sentimento de segurança de que ele desfruta.
 - (E) Cabem aos agentes de segurança zelar pelos valores civilizatórios que devem nos irmanar.
-
7. *Mas é nos diferentes contextos de seu emprego que se reconhece uma ampla gama de sentidos dessa palavra.*
- Uma nova redação da frase acima, que mantenha a correção gramatical, a clareza e seu sentido básico se representa em:
- (A) Os contextos em cujos essa palavra é empregada são diferentes, portanto, pode-se aí reconhecer sua ampla gama de sentidos.
 - (B) São nos contextos de seu emprego que esta palavra pode reconhecer-se diante de uma ampla gama de conceitos.
 - (C) Essa palavra ganha uma ampla gama de conceitos quando considerada nos diversos contextos em que é empregada.
 - (D) Essa palavra, cuja gama de conceitos é amplamente reconhecida, conquanto se emprega nos mais diferentes contextos.
 - (E) Nos diferentes contextos aonde é empregada, tal palavra tem seu emprego reconhecido, cuja gama de sentidos é bastante ampla.
-
8. Há uma adequada correlação entre os tempos e modos verbais empregados na frase:
- (A) Uma vez que não estejamos providenciando um maior controle dos abusos contra a natureza, seríamos surpreendidos por flagelos e hecatombes.
 - (B) Se uma palavra ganhar diferentes sentidos ao longo de sua história, isso ocorreria por conta dos contextos em que ela atuara.
 - (C) Afirma-se que a origem da palavra segurança seja "securus", que por sua vez derivasse de "sine" e "cura", expressão a se constituir no latim.
 - (D) Caso estivesse munido de sólidas convicções pessoais, aquele rapaz não terá por que se lamentar de suas fraquezas momentâneas.
 - (E) As conquistas da escalada cibernética podem vir a se tornar alarmantes para quem ainda aposte na potência maior de sua consciência.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, baseie-se no texto seguinte.

[A força necessária dos princípios]

Não vamos subestimar a força daquilo a que nos opomos. O mundo é, para todos nós, aquilo sobre o qual não temos quase nenhum controle. O senso comum e o sentido de autoproteção nos dizem para nos acomodarmos àquilo que não podemos mudar.

Não é difícil ver como alguns de nós poderíamos ser convencidos da justiça, da necessidade das violências. Pense-se numa guerra que é formulada como série de ações militares pequenas, que irão de fato contribuir para a paz ou reforçar a segurança. Todas as violências na guerra foram justificadas como uma retaliação necessária: estamos nos defendendo, eles é que querem nos matar.

Diante das violências em curso, alguém dotado de um princípio moral parece alguém que corre ao lado de um trem e grita: "Pare! Pare!" O trem pode ser detido? Será que outras pessoas dentro do trem vão se sentir dispostas a saltar e unir-se aos que estão fora? Talvez alguns o façam, mas não a maioria.

Agir por princípio é um gesto político, no sentido de que não estamos fazendo isso por nós mesmos. Não fazemos isso só para agir corretamente ou para aplacar a nossa consciência; muito menos porque estamos certos de que a nossa ação vai de fato alcançar o seu objetivo. Resistimos como um ato de solidariedade com todas as pessoas e comunidades que agem igualmente por algum princípio moral.

As ações comandadas por um bom princípio nos dizem que não temos de pensar se agir por princípio é adequado, ou se podemos contar com o êxito final das ações que levamos a efeito. Agir por princípio é bom em si mesmo. Os princípios nos convidam a fazer algo a respeito do pântano de contradições em que agimos moralmente. Os princípios nos convidam a ter mais rigor em nossas ações, ser intolerantes com a frouxidão moral, a temporização, a covardia e com a fuga diante do que é perturbador. No curso da História encontram-se os grandes modelos de resistência, os feitos daqueles que, por princípio, agiram dizendo não à negação dos princípios justos. Inspiremo-nos nesses modelos.

(Adaptado de: SONTAG, Susan. **Ao mesmo tempo**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo, Companhia das Letras, p.192-193, *passim*)

9. A afirmação *Agir por princípio é bom em si mesmo* (5º parágrafo),
- (A) manifesta a convicção de que a eventual frouxidão moral deve ser aceita por quem está seguro de seus princípios.
 - (B) entra em contradição com a afirmação *Não fazemos isso só para agir corretamente* (4º parágrafo).
 - (C) corrobora a ideia de que os princípios morais ganham importância na medida em que se provam eficazes.
 - (D) faz ver que toda conduta norteadora por valores morais é intrinsecamente meritória, por força dos princípios que a regem.
 - (E) assegura que os que gritam *"Pare! Pare!"* (3º parágrafo) logram refrear de vez a velocidade do trem.



10. A convicção de que *Agir por princípio é um gesto político* tem como fundamento a
- (A) idealização de comportamentos já aliviados do peso da moralidade.
 - (B) solidariedade de quem age em conexão ética com interesses comunitários.
 - (C) prática dos que sabem contemporizar com as fraquezas humanas.
 - (D) conduta de quem se desvia do nosso pântano de contradições.
 - (E) satisfação dos interesses dominantes na composição de uma sociedade.
-
11. A ideia central desenvolvida no parágrafo
- (A) quinto é demonstrar que toda resistência histórica suprime a necessidade de negar.
 - (B) primeiro é ressaltar a importância relativa do senso comum, na conduta das pessoas.
 - (C) segundo consiste em justificar as violências sociais quando apoiadas em sólidos princípios.
 - (D) terceiro ilustra-se na dificuldade de se ajustar um ideal da consciência ao plano da realidade.
 - (E) quarto está em comprovar o sucesso dos princípios quando atrelados a um projeto político.
-
12. Os princípios nos convidam a fazer algo a respeito do pântano de contradições em que agimos moralmente.
O período acima permanecerá coerente e correto caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) convencem-nos em que se faça – em cujo
 - (B) nos incitam de que façamos – aonde
 - (C) nos dissuadem a que se faça – por meio do qual
 - (D) investem-nos de ser feito – de quando
 - (E) nos convocam para que seja feito – no qual
-
13. É plenamente adequada a pontuação da frase:
- (A) Ressalte-se que nesse texto, a manifestação concreta dos bons princípios, é aquela que é posta à prova, por toda sorte de violências.
 - (B) Por vezes as violências, que são consideradas necessárias, parecem de fato apoiar-se, em consistentes justificativas morais.
 - (C) A alusão a um trem que se deseja parar é uma metáfora, cujo sentido está em demonstrar o desafio que, aqui e ali, se põe a confrontar os nossos princípios.
 - (D) Deve-se a certas figuras da História, o reconhecimento de seu valor, quando, mais de uma vez se mostraram resistentes, às fraquezas humanas.
 - (E) Não há dúvida, de que é mais fácil agir, segundo os nossos interesses, do que impulsionados pela energia positiva dos grandes princípios.
-
14. No contexto em que surgem as referências a **trem** e a **pântano**, deve-se reconhecer que caracterizam um recurso de
- (A) linguagem conotativa com efeito expressivo.
 - (B) linguagem denotativa, de valor referencial.
 - (C) reiteração de um mesmo elemento descritivo.
 - (D) desenvolvimento típico de linguagem narrativa.
 - (E) confronto entre discurso direto e discurso indireto.
-
15. É correta a flexão de todas as formas verbais na frase:
- (A) Ele se vangloria dos momentos em que se dispore a agir segundo os melhores princípios.
 - (B) Caso a situação não requisesse a adoção de um princípio ético, teria sido mais fácil perdôá-lo.
 - (C) Se eles não intervirem de modo a resguardar seus princípios, melhor será que se abstenham.
 - (D) As provas de sua falta de princípios recomporam-se nessa última manifestação sua.
 - (E) No início ele perdeu a paciência, mas logo a reouve em nome de seus bons princípios.
-

Raciocínio Lógico e Matemática

16. Para uma gincana inscreveram-se 150 oficiais. A organização do evento montou 3 grupos com 135 desses oficiais, com 45 oficiais por grupo. Os 15 oficiais ainda não alocados em um grupo poderão escolher em qual grupo participar independentemente de outras escolhas, ou seja, é possível que os 15 oficiais escolham um mesmo grupo, que 5 escolham um grupo e 10 escolham outro, ou qualquer distribuição que desejarem. Após esses 15 oficiais escolherem o grupo de que querem participar, é necessariamente verdadeiro que
- (A) todas as equipes ficarão com mais de 47 pessoas.
 - (B) pelo menos uma equipe ficará com 50 pessoas.
 - (C) a maior equipe terá mais de 50 pessoas.
 - (D) alguma equipe terá mais de 48 pessoas.
 - (E) nenhuma equipe terá menos de 46 pessoas.



17. Um professor escreveu na lousa três pequenas expressões envolvendo números inteiros:

$$18 + \sqrt{\frac{243}{3}} \qquad 4^0 \cdot 1^7 \qquad - \frac{30}{8-2}$$

Solicitou, então, que 5 de seus alunos, Ulisses, Davi, Ricardo, Bárbara e Isabel, efetuassem a soma dos resultados das três expressões. Cada um desses cinco alunos chegou a um valor diferente para essa soma, sendo tais valores, respectivamente, 23, 26, 29, 37 e 50. Dentre esses cinco alunos, o único que acertou o valor da soma foi

- (A) Isabel.
(B) Ulisses.
(C) Davi.
(D) Ricardo.
(E) Bárbara.
-
18. Dois grupos foram formados para uma pesquisa sobre práticas esportivas. Um dos grupos tem 200 pessoas, sendo que 25% são praticantes de paraquedismo, e o outro grupo tem 350 pessoas, sendo 24% praticantes de paraquedismo. O número total de praticantes de paraquedismo nesses dois grupos é
- (A) 158.
(B) 134.
(C) 140.
(D) 146.
(E) 152.
-
19. No dia da inauguração de uma academia para oficiais, 180 mulheres e alguns homens fizeram matrícula. No dia seguinte à inauguração, mais 60 mulheres e 70 homens fizeram matrícula, de maneira que, considerando o total de mulheres e homens inscritos nos dois primeiros dias, dois terços eram mulheres. O número de homens que fizeram matrícula na academia no dia da inauguração foi
- (A) 50.
(B) 30.
(C) 35.
(D) 40.
(E) 45.
-
20. Considere a sequência infinita (100, 103, 107, 99, 102, 106, 98, ...). Nessa sequência, o elemento da posição 1 é 100, da posição 2 é 103, da posição 3 é 107 e assim, seguindo com o padrão de formação, o primeiro elemento negativo dessa sequência ocorre na posição
- (A) 305.
(B) 301.
(C) 302.
(D) 303.
(E) 304.
-
21. Os mantimentos para um acampamento de oficiais combatentes foram separados de maneira que fossem o suficiente para que 8 homens se alimentassem por 8 dias. Após 2 dias de acampamento, 2 dos 8 homens saíram do acampamento sem levar mantimentos. Considerando que cada homem consome uma mesma quantidade diária dos mantimentos, os 6 homens que permaneceram no acampamento ainda têm mantimentos suficientes para
- (A) 12 dias.
(B) 6 dias.
(C) 8 dias.
(D) 9 dias.
(E) 10 dias.
-
22. Sobre uma mesa estão 30 cartas. Dois jogadores irão se revezar e, em sua vez de jogar, devem retirar 1, 2, 3, 4 ou 5 cartas da mesa. O vencedor desse jogo é aquele que não retirar a última carta da mesa. Existe uma estratégia ideal que, a depender do número de cartas na mesa, obrigará o adversário a retirar a última carta. Pedro e Henrique começaram uma partida desse jogo, com Pedro iniciando e retirando, em sua primeira jogada, 2 cartas. O número de cartas que Henrique deverá retirar em sua primeira jogada, de modo que, usando a estratégia ideal, force Pedro a retirar a última carta, é
- (A) 5.
(B) 1.
(C) 2.
(D) 3.
(E) 4.



23. Alfredo irá dividir R\$ 936,00 entre seus três netos de maneira diretamente proporcional às suas idades. O mais velho dos netos irá receber R\$ 409,50 e o neto de 15 anos irá receber R\$ 292,50. A diferença de idade entre o neto mais velho e o neto mais novo é
- (A) 12 anos.
(B) 8 anos.
(C) 9 anos.
(D) 10 anos.
(E) 11 anos.
24. Uma turma de oficiais combatentes é formada por 16 homens e 19 mulheres, sendo que 13 dessas pessoas praticam esgrima. Sabendo que, entre as mulheres, 12 não praticam esgrima, o número de homens que não praticam esgrima é
- (A) 10.
(B) 6.
(C) 7.
(D) 8.
(E) 9.
25. Cinco amigas nasceram respectivamente em 1991, 1992, 1993, 1994 e 1995. Em um encontro, elas fizeram as seguintes afirmações:
- Ana: Eu sou mais velha do que Celi.
 - Bia: Celi é mais velha do que eu.
 - Celi: Dina e Ema são as mais velhas entre nós.
 - Dina: Ana é mais nova do que Celi.
 - Ema: Ana nasceu em 1993.
- Sabendo que, dessas afirmações, exatamente uma é falsa, quem nasceu em 1995 foi
- (A) Ema.
(B) Ana.
(C) Bia.
(D) Celi.
(E) Dina.
26. Considere a afirmação: "João gosta de cozidão e não gosta de tacacá". Uma negação lógica dessa afirmação é equivalente à proposição
- (A) Ou João gosta de cozidão ou ele não gosta de tacacá.
(B) Se João gosta de cozidão, então ele gosta de tacacá.
(C) Se João não gosta de cozidão, então ele gosta de tacacá.
(D) João gosta de cozidão ou ele não gosta de tacacá.
(E) João não gosta de cozidão ou ele não gosta de tacacá.
27. Uma feira de livro foi realizada pela turma Águia Azul. Cada oficial combatente levou pelo menos um livro, que deveria ser de Primeiros Socorros ou de Materiais Inflamáveis ou de Técnicas e Regras de Combate. Alguns oficiais levaram livros de duas dessas disciplinas. Quem levou livro de Técnicas e Regras de Combate também levou livro de alguma das outras duas disciplinas. Quem levou livro de Primeiros Socorros não levou livro de Materiais Inflamáveis. Foram 26 oficiais que levaram um único livro e, entre eles, 7 levaram de Primeiros Socorros. Foram 50 oficiais que levaram livro de Técnicas e Regras de Combate. O número de funcionários que levou livro de Primeiros Socorros excede em 22 o número de oficiais que levou livro de Materiais Inflamáveis. O total de oficiais combatentes da turma Águia Azul é
- (A) 68.
(B) 91.
(C) 85.
(D) 81.
(E) 76.
28. Em uma biblioteca há 16 livros em inglês para cada 11 livros em espanhol. O bibliotecário chefe encomendou mais 99 livros em inglês e mais vários livros em espanhol, de maneira que a razão indicada passará a ser de 7 livros em inglês para cada 8 livros em espanhol. Se após essa encomenda a biblioteca tiver 795 livros nesses dois idiomas, o número de livros em espanhol que o bibliotecário encomendou foi
- (A) 243.
(B) 231.
(C) 234.
(D) 237.
(E) 240.



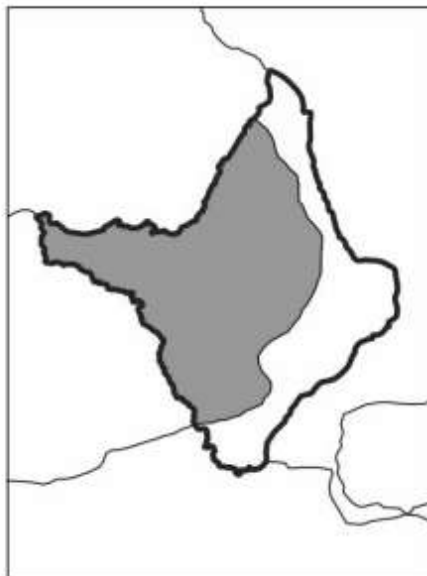
29. Carlos comprou uma moto e a revendeu por um valor 15% maior do que ele pagou. Com o dinheiro dessa revenda ele comprou um celular por R\$ 720,00 e, com o restante, comprou outra moto pelo mesmo preço que pagou pela moto anterior, ou seja, por
- (A) R\$ 5.000,00.
 - (B) R\$ 3.600,00.
 - (C) R\$ 4.200,00.
 - (D) R\$ 4.600,00.
 - (E) R\$ 4.800,00.
30. Um prédio foi inaugurado em uma segunda-feira, dia 10 de outubro de 1910. Esse prédio foi demolido 33000 dias depois de inaugurado, no dia 14 de fevereiro de 2001, que era
- (A) um sábado.
 - (B) um domingo.
 - (C) uma terça-feira.
 - (D) uma quarta-feira.
 - (E) uma sexta-feira.

História do Estado do Amapá

31. No período colonial brasileiro, o rio Oiapoque também foi conhecido como rio de Vicente Pinzón. Este personagem foi um
- (A) piloto espanhol que esteve na viagem de Francisco de Orellana ao rio Amazonas em 1542.
 - (B) importante conquistador francês do início do século XVII, que atuou onde hoje é a Guiana Francesa.
 - (C) governador português enviado à região para construir um forte às margens do rio Oiapoque no século XVIII.
 - (D) capitão holandês enviado por Maurício de Nassau em 1634 para erguer uma fortificação na região.
 - (E) navegador espanhol que esteve na viagem de Colombo em 1492 e que entre 1499-1500 explorou a região do Oiapoque.
32. Entre os anos de 1835 e 1840, ocorreu a chamada Cabanagem, a mais longa e extensa revolta brasileira durante o Período Regencial (1831-1840). Esta revolta
- (A) pouco repercutiu junto ao Rio de Janeiro, sede da Regência, e terminou naturalmente, depois que algumas demandas por autonomia política foram plenamente atendidas.
 - (B) contou com a liderança de grandes comerciantes portugueses que estavam insatisfeitos com a independência do Brasil e queriam se reaproximar de Portugal.
 - (C) teve a participação de milhares de soldados franceses que vinham da Guiana com a intenção de ampliar o controle territorial francês.
 - (D) foi composta majoritariamente por uma população pobre, que reunia indígenas, negros, mestiços e brancos, e que foi violentamente reprimida pelas tropas imperiais.
 - (E) recebeu grande adesão das camadas médias e pouquíssima participação dos menos favorecidos, que não se sentiram representados pelas demandas dos revoltosos, compostos por membros das mais ricas famílias paraenses.
33. A presença negra no Amapá é bastante significativa, tanto em termos populacionais, quanto no patrimônio material e imaterial do Estado. O incremento da presença dessa população no Amapá se deu especialmente
- (A) com o desembarque de escravizados para o plantio e produção de trigo no século XVI, principal riqueza da região.
 - (B) por meio de políticas imigratórias criadas por D. João VI para povoar as fronteiras amazônicas no começo do século XIX.
 - (C) pela vinda de escravizados que acompanhavam seus proprietários na constituição das vilas de Macapá e Mazagão, e que trabalharam na construção do forte de São José do Macapá no século XVIII.
 - (D) para compor o grosso das tropas luso-brasileiras que enfrentaram os franceses nos litígios fronteiriços, ao norte do Oiapoque, ao longo do século XVI.
 - (E) pela fuga de escravizados da Guiana Francesa ao longo do século XIX, que viam no Brasil um lugar de liberdade onde a escravidão havia sido abolida.
34. Com a criação do Território do Amapá, em 1943, por decreto presidencial, a segurança pública regional ficou a cargo
- (A) de milícias e paramilitares, já que nenhuma força de segurança institucional foi constituída na ocasião.
 - (B) da Guarda Territorial, que, além da segurança, também prestava serviços básicos à população, como a manutenção de prédios públicos e a organização de enterros.
 - (C) do Exército Brasileiro, incumbido do patrulhamento urbano, dos cuidados com a segurança pública e da defesa das fronteiras.
 - (D) da Polícia Federal, uma vez que, por ser território, o Amapá não possuía autonomia estadual para ter uma polícia própria.
 - (E) da Força Pública do Pará, que continuou a cuidar da segurança do Amapá, por décadas, a despeito da separação.
35. Ao tornar o Marabaixo um Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil em 2018, o IPHAN reconheceu a importância
- (A) desta manifestação cultural que reúne poesia, canto e dança.
 - (B) deste saboroso prato da culinária amapaense.
 - (C) desta forma tradicional de pesca nos rios regionais.
 - (D) deste imponente e histórico edifício colonial de Macapá.
 - (E) deste antigo modo de extrair látex das seringueiras.

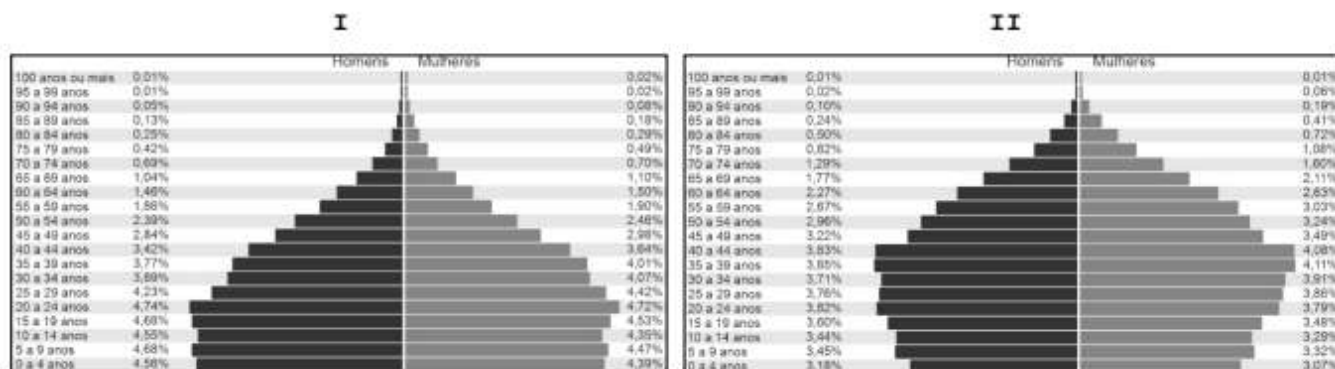
**Geografia do Estado do Amapá**

36. O território brasileiro está dividido em 12 regiões hidrográficas. A região hidrográfica na qual está localizado o estado do Amapá ocupa
- (A) 3% do território brasileiro, possui atividades agroindustriais desenvolvidas e grande potencial hidrelétrico. O clima é temperado, com chuvas distribuídas ao longo de todo o ano.
- (B) 45% do território brasileiro e possui uma extensa rede de rios com grande abundância de água. A densidade populacional é 10 vezes menor que a média nacional.
- (C) 7,5% do território brasileiro e a precipitação média anual na região é muito abaixo da média nacional, apresentando frequentes situações de escassez de água.
- (D) 10% do território brasileiro, sendo a região mais populosa e de maior desenvolvimento econômico, com as maiores demandas por recursos hídricos, sobretudo para uso industrial.
- (E) 3,9% do território brasileiro e caracteriza-se pela intermitência das chuvas, com precipitação média anual pouco abaixo da média nacional.
37. O mapa representa a estrutura geológica do estado do Amapá.

(Disponível em: guiadoestudante.abril.com.br)

A área destacada no mapa representa a estrutura geológica designada como

- (A) Escudo das Guianas.
- (B) Dobramentos do Brasil Central.
- (C) Bacia Sedimentar Amazônica.
- (D) Escudo do Brasil Central.
- (E) Bacia Sedimentar do Maranhão.
38. A pirâmide etária I pertence ao estado do Amapá e a pirâmide etária II ao Brasil.



(Fonte: Censo demográfico 2022)

Na comparação entre as pirâmides etárias I e II, observa-se que a população do Amapá, em relação à população brasileira, tem

- (A) menor proporção de crianças.
- (B) maior proporção de adultos.
- (C) menor taxa de natalidade.
- (D) menor expectativa de vida.
- (E) maior proporção de idosos.



39. Considere a notícia:

Com uma área plantada de 11,1 mil hectares em 2021 e 2022 e um avanço previsto de 12,4 mil hectares na próxima safra até o final do ano, o Amapá tem um crescimento estimado de 13% na produção de grãos do estado. Especificamente, um grão merece destaque, com o crescimento de 14,5%, que representa 19,7 mil toneladas em 2022 e 2023.

(Disponível em: <https://g1.globo.com>)

O grão que merece destaque é:

- (A) Feijão.
- (B) Milho.
- (C) Soja.
- (D) Sorgo.
- (E) Trigo.

40. Algumas das características do município de Santana, segundo maior do estado do Amapá, estão expressas em:

- (A) Abriga o Parque Arqueológico do Solstício, um círculo de pedras que se supõe construído como um antigo observatório indígena, hoje atração turística em local de grande beleza natural.
- (B) É conhecido como a porta de entrada fluvial do estado e em seus portos chegam e partem navios e barcos que fazem linha para Belém (PA) e outras cidades do Pará e da Região Norte.
- (C) A principal base econômica do município é a agricultura, com escoamento de produção. Fazem parte deste cenário plantações de milho, banana, melancia, abóbora, arroz e mandioca.
- (D) Em termos econômicos, são importantes a cultura de castanha-do-Brasil, a extração de madeira para a fabricação do carvão e de móveis e, ainda, a extração do látex da seringueira.
- (E) O município se sobressai pela comercialização de diversas espécies de pescado, em especial a gurijuba, que, além da carne, produz a grude, de grande valor de exportação.

Direito Constitucional

41. Mariah é trabalhadora urbana em uma empresa privada, onde realiza trabalho noturno, e deseja que seu único filho, Joaquim, de 17 anos de idade recém-completados, inicie imediatamente no mercado de trabalho, exercendo a mesma função que ela, no mesmo horário. Já seu marido, Caio, trabalhou na mesma empresa e agora, aposentado, deseja votar e ser votado na organização sindical à qual é filiado. Com base apenas nas informações fornecidas, nessa situação, de acordo com a Constituição Federal, o trabalho realizado por Mariah é a ela

- (A) permitido, mediante remuneração igual à do trabalho diurno, sendo também permitida a realização do trabalho noturno por Joaquim, pois maior de 16 anos de idade. Quanto a Caio, tem ele o direito de votar, mas não poderá ser votado na organização sindical da qual faz parte, pois já é aposentado.
- (B) permitido, mediante remuneração superior à do trabalho diurno, sendo proibida a realização do trabalho noturno por Joaquim, pois menor de 18 anos de idade. Quanto a Caio, tem ele o direito de votar e ser votado na organização sindical da qual faz parte.
- (C) permitido, mediante remuneração superior à do trabalho diurno, sendo também permitida a realização do trabalho noturno por Joaquim, pois maior de 16 anos de idade. Quanto a Caio, tem ele o direito de votar e ser votado na organização sindical da qual faz parte.
- (D) vedado, pois não é permitida a realização de trabalho noturno para mulheres, sendo também proibida a realização do trabalho noturno por Joaquim, pois menor de 18 anos de idade. Quanto a Caio, tem ele o direito de votar, mas não poderá ser votado na organização sindical da qual faz parte.
- (E) vedado, pois não é permitida a realização de trabalho noturno para mulheres, sendo também proibida a realização do trabalho noturno por Joaquim, pois menor de 18 anos de idade. Quanto a Caio, não tem ele o direito de votar nem de ser votado na organização sindical da qual faz parte, pois já é aposentado.

42. Mafalda nasceu na França enquanto sua mãe, brasileira, lá estava a serviço da República Federativa do Brasil. Como passou a maior parte de sua vida nesse outro país e já tendo adquirido a nacionalidade francesa, Mafalda não tem interesse na nacionalidade brasileira, pois não pretende vir a morar no Brasil. Com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal, Mafalda é

- (A) brasileira naturalizada, e não poderá perder a nacionalidade brasileira, salvo por sentença judicial, em virtude de atentado contra a ordem constitucional.
- (B) estrangeira, não possuindo, portanto, a nacionalidade brasileira.
- (C) brasileira nata e, portanto, não poderá ter declarada a perda de sua nacionalidade brasileira, em hipótese alguma.
- (D) brasileira nata, mas poderá fazer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira, perante autoridade brasileira competente.
- (E) brasileira naturalizada, e poderá ter cancelada sua naturalização por sentença judicial.



43. Considere:

- I. Francisco é advogado com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, tem 64 anos de idade e possui notável saber jurídico.
- II. Jairo é membro do Ministério Público da Justiça Militar, há mais de dez anos, tem 40 anos de idade e possui notável saber jurídico.
- III. Lucila tem 69 anos de idade e foi oficial-general da Aeronáutica, ocupando o posto mais elevado da carreira, mas não está mais na ativa.

Considerando que os três são brasileiros natos e possuem conduta ilibada, de acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, para compor o Superior Tribunal Militar,

- (A) podem ser indicados Francisco e Jairo, apenas.
- (B) pode ser indicada Lucila, apenas.
- (C) podem ser indicados Francisco, Jairo e Lucila.
- (D) pode ser indicado Jairo, apenas.
- (E) podem ser indicados Francisco e Lucila, apenas.

44. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público da União compreende o Ministério Público

- (A) Federal, o Ministério Público dos Estados e o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, sendo vedado, aos seus membros, dentre outras proibições, receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas.
- (B) do Distrito Federal, somente, tendo como chefe o Procurador-Geral da República, cuja destituição deve ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dentre outros, sendo vedado, aos seus membros, dentre outras proibições, exercer atividade político-partidária.
- (D) Federal, somente, sendo que este abrange o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- (E) Militar e o Ministério Público do Trabalho, dentre outros, sendo assegurada, aos seus membros, dentre outras garantias, a vitaliciedade, após um ano de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

45. Ao dispor sobre o meio ambiente, a Constituição Federal estabelece que:

- I. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- II. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público exigir, para instalação de qualquer obra ou atividade, estudo prévio de impacto ambiental.
- III. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- IV. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

46. De acordo com a Constituição Federal, a iniciativa das leis que disponham sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva

- (A) é privativa do Superior Tribunal Militar, sendo que a discussão e votação dos projetos de lei respectivos terão início no Senado Federal.
- (B) é privativa do Presidente da República, sendo que a discussão e votação dos projetos de lei respectivos terão início na Câmara dos Deputados.
- (C) é privativa do Presidente da República, sendo que a discussão e votação dos projetos de lei respectivos terão início no Senado Federal.
- (D) cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e ao Procurador-Geral da República, sendo que a discussão e votação dos projetos de lei respectivos terão início na Câmara dos Deputados.
- (E) cabe a qualquer membro ou Comissão do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e ao Procurador-Geral da República, sendo que a discussão e votação dos projetos de lei respectivos terão início no Senado Federal.

**Direito Administrativo**

47. Suponha que a Administração pretenda realizar licitação, na modalidade pregão eletrônico, para contratação de serviços de engenharia para instalação de estrutura para aparelhos de ar condicionado em repartições públicas. De acordo com a disciplina estabelecida na legislação de regência (Lei federal nº 14.133/2021), a adoção de tal modalidade licitatória afigura-se
- (A) cabível, desde que o objeto possua padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
 - (B) cabível, porém não recomendada, devendo ser adotada, preferencialmente, a modalidade convite, mais célere e ágil para contratações de serviços de engenharia em geral.
 - (C) inadequada, eis que não cabe pregão para serviços de engenharia ou execução de obras, independentemente do grau de complexidade.
 - (D) possível, desde que se trate de serviços de pequeno valor, limitado ao piso fixado para a modalidade concorrência.
 - (E) inadequada, pois apenas aquisições, pelo sistema de registro de preços, comportam a modalidade pregão eletrônico, devendo, nos demais casos, ser adotada a modalidade presencial.
-
48. Suponha que o Estado pretenda alienar diversos imóveis, de sua propriedade e de autarquias, que não estejam afetados a nenhum serviço ou finalidade pública. Do ponto de vista do procedimento a ser adotado, tem-se que
- (A) a modalidade cabível para as alienações é o diálogo competitivo, que permite a apresentação de lances sucessivos para obtenção da melhor oferta.
 - (B) caberá a adoção da modalidade leilão, independentemente do valor dos imóveis e da forma de aquisição.
 - (C) se trata de hipótese de dispensa de licitação, esta que somente é obrigatória para imóveis afetados ao serviço público.
 - (D) é inexigível procedimento licitatório para alienar os imóveis sem ocupação e que sejam destinados a programas de revitalização urbanística.
 - (E) não incidem as regras de licitação, pois se trata de negócio jurídico regido pelo Direito Civil e não pelo regime de Direito Administrativo.
-
49. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 175, que incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos. Considerando as características de uma atividade considerada serviço público e o regime jurídico envolvido em sua prestação, tem-se que
- (A) apenas por lei pode ser conferida a particular a prerrogativa de prestar serviço público em regime de autorização ou concessão, que envolvem a transferência da titularidade do serviço.
 - (B) apenas serviços públicos não essenciais, ditos impróprios, são passíveis de exploração mediante regime de concessão.
 - (C) as atividades passíveis de exploração mediante concessão ou autorização não são serviço público *stricto sensu*.
 - (D) o poder público não é obrigado a prestar o serviço diretamente, podendo fazê-lo de forma indireta, mediante concessão ou permissão, ambas precedidas de licitação.
 - (E) serviços públicos prestados em regime de permissão possuem caráter precário e não estão sujeitos aos princípios da continuidade e atualidade.
-
50. A respeito das características e peculiaridades relativas a cargo público, emprego público e função pública, tem-se que
- (A) os ocupantes de função pública não detêm vínculo laboral com a Administração, sendo terceiros que atuam em regime de colaboração, sem remuneração.
 - (B) função pública é o vínculo de livre provimento e exoneração, subjacente aos cargos em comissão, não atribuível a ocupantes de cargo ou emprego público.
 - (C) emprego público consiste no vínculo estabelecido sob o regime da consolidação das leis do trabalho (CLT), sendo o ingresso em caráter permanente condicionado a aprovação em concurso público.
 - (D) o concurso público somente é exigível para provimento de cargos públicos, não sendo aplicável à contratação de empregados públicos, eis que não dotados de estabilidade.
 - (E) apenas os servidores ocupantes de emprego público e cargo público adquirem estabilidade após aprovação em estágio probatório.



51. Os atos administrativos possuem características e atributos que são próprios do regime de Direito Público. Nesse contexto, tem-se que a imperatividade
- (A) consiste na prerrogativa de a Administração avaliar as condições de conveniência e oportunidade para a prática de atos que não sejam vinculados.
 - (B) está presente apenas em contratos administrativos e não em atos unilaterais, sendo fundamento para as denominadas cláusulas exorbitantes.
 - (C) consiste na prerrogativa da Administração de colocar o ato em execução sem a necessidade de ordem judicial, presente apenas em atos administrativos discricionários.
 - (D) está presente apenas em atos que sejam expressão do exercício do poder de polícia, os quais podem ser impostos como medida de restrição para proteção da coletividade.
 - (E) é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância, presente nos atos que estabelecem obrigações aos administrados.
52. Considere que a Administração pretenda instalar um novo centro esportivo para a população e não possua imóveis próprios adequados e disponíveis para tanto. Nesse contexto, decidiu adquirir ou alugar imóvel para instalação do referido equipamento público. De acordo com a legislação relativa a licitações e contratos administrativos (Lei federal nº 14.133/2021),
- (A) será inexigível a licitação tanto para a aquisição como para a locação, se as características de instalações e de localização tornarem necessária a escolha de determinado imóvel, cumpridos os requisitos legais, entre os quais a prévia avaliação.
 - (B) descabe procedimento licitatório para contratos de locação, que são regidos por legislação própria e não configuram contratos administrativos, sendo inafastável o prévio procedimento licitatório para aquisições, salvo se mediante desapropriação.
 - (C) poderá ser dispensada a licitação apenas em se tratando de locação, pelo prazo máximo legal e desde que comprovada a compatibilidade de valores com o mercado, cabendo licitação, na modalidade concorrência, no caso de optar-se pela aquisição.
 - (D) apenas será possível dispensar a licitação prévia à aquisição ou locação, caso comprovado o relevante interesse público envolvido, que é pressuposto quando se trate de equipamento público para serviços de saúde e educação.
 - (E) poderá ser dispensado o procedimento licitatório apenas se comprovada situação de emergência ou calamidade pública, observado o limite máximo de valores de aquisição e locação previstos na lei.

Direito Penal Militar

53. Em relação ao lugar do crime, o Código Penal Militar aplica de forma expressa a teoria
- (A) do resultado para os crimes comissivos e omissivos.
 - (B) da ubiquidade para os crimes comissivos e a teoria da atividade para os crimes omissivos.
 - (C) da ubiquidade para os crimes omissivos e a teoria da atividade para os crimes comissivos.
 - (D) da ubiquidade para os crimes comissivos e omissivos.
 - (E) da atividades para os crimes comissivos e omissivos.
54. Para o Código Penal Militar, a lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente,
- (A) aplica-se somente nos casos em que as condições pessoais do réu a autorizem.
 - (B) não se aplica, em atendimento ao princípio da vedação à retroatividade da lei penal.
 - (C) aplica-se retroativamente, desde que não tenha sido proferida sentença condenatória irrecorrível.
 - (D) aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
 - (E) não se aplica retroativamente, em atendimento ao princípio da segurança jurídica.
55. Reunirem-se militares armados, agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la, configura, em tese, o crime de
- (A) organização de grupo para a prática de violência.
 - (B) motim.
 - (C) revolta.
 - (D) conspiração.
 - (E) omissão de lealdade militar.



56. De acordo com o Código Penal Militar, a pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis, salvo em se tratando de crime que atente contra
- (A) o dever militar.
 - (B) o patrimônio.
 - (C) a pessoa.
 - (D) a liberdade.
 - (E) a honra.
-
57. José, militar, movido pelo desejo de vingar-se de Pedro, seu rival, confunde um colega de aparência semelhante, Paulo, com seu inimigo Pedro, em um ambiente com pouca iluminação. Convencido de que está atacando Pedro, José efetua disparo de arma de fogo, mas acaba matando Paulo por engano. Trata-se, na hipótese, de erro
- (A) de direito.
 - (B) de fato.
 - (C) quanto ao bem jurídico.
 - (D) provocado.
 - (E) sobre a pessoa.
-
58. Romero conduzia seu veículo, ocasião em que, ao passar por uma viatura da Polícia Militar, proferiu xingamentos contra os dois policiais que a ocupavam, e, logo após, prosseguiu na condução de seu veículo. Ao perceber que a viatura passou a persegui-lo, obedeceu a ordem de parada, sendo abordado pelos policiais. O Soldado PM Igor desembarcou e determinou que Romero descesse do veículo e se deitasse no chão. Antes que Romero conseguisse se deitar, Igor desferiu um golpe de cassetete em seu peito e, após ele se deitar, desferiu novamente vários golpes de cassetete, tendo parado somente após a recomendação do outro policial que o acompanhava, Soldado PM Ulisses. Os militares planejavam conduzir Romero ao Distrito Policial pela suposta prática do crime de desacato. No entanto, ao serem informados de que Romero era filho de Policial Militar, Igor e Ulisses resolveram liberá-lo. Posteriormente, após investigação, apurou-se que Igor praticou o crime militar de lesão corporal, enquanto Ulisses não levou, por indulgência, ao conhecimento da autoridade competente, os fatos praticados por Igor, como lhe cabia. Diante dos fatos acima descritos, Ulisses praticou, em tese, o crime de
- (A) patrocínio indébito.
 - (B) desobediência.
 - (C) prevaricação.
 - (D) condescendência criminosa.
 - (E) corrupção ativa.

Direito Processual Penal Militar

59. O inquérito policial militar é iniciado mediante portaria
- I. em virtude de requisição do Ministério Público.
 - II. por requisição do Juiz de Direito, na Justiça Militar Estadual.
 - III. por requisição do Juiz Auditor, na Justiça Militar da União.
 - IV. a requerimento da parte ofendida ou de quem a representa, cuja repressão caiba à Justiça Militar.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e III.



60. A competência, no Código de Processo Penal Militar, será determinada, de modo geral,
- (A) pela determinação da autoridade judicial.
 - (B) pelo lugar da infração.
 - (C) pela residência ou domicílio da vítima.
 - (D) pela sede do lugar de serviço.
 - (E) pela livre escolha da autoridade militar.
61. No processo penal militar, quando o acusado se ocultar ou opuser obstáculo para não ser citado, a citação deverá ser feita por
- (A) precatória.
 - (B) mandado.
 - (C) correio.
 - (D) edital.
 - (E) requisição.
62. O processo e o julgamento de civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso, quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Arrais-Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil, é da competência
- (A) originária do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) da Justiça Estadual comum.
 - (C) da Justiça Federal comum.
 - (D) da Justiça Militar Estadual.
 - (E) da Justiça Militar da União.
63. A retenção de bens móveis ou imóveis, havidos com os proveitos da infração, com o fim de assegurar as obrigações civis advindas da prática delituosa é denominada
- (A) caução.
 - (B) arbitramento.
 - (C) arresto.
 - (D) hipoteca legal.
 - (E) sequestro.
64. O inquérito policial militar poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público, nos crimes
- (A) de conspiração e violência contra superior.
 - (B) de desacato e desobediência a decisão judicial.
 - (C) de revolta e motim.
 - (D) contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor ainda não esteja identificado.
 - (E) em que o fato e sua autoria ainda não estiverem esclarecidos.

Direitos Humanos

65. Para a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância,
- (A) teorias, doutrinas, ideologias ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, apresentando ou não o conceito de superioridade racial, são moral e cientificamente justificadas, por meio de estudos e pesquisas sobre o tema.
 - (B) a expressão 'discriminação racial' significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.
 - (C) a prática do racismo está estritamente vinculada ao conceito de raça, que pode ser definido como o conjunto de indivíduos cujos caracteres somáticos, tais como a cor da pele, a conformação do crânio e do rosto, o tipo de cabelo etc., são semelhantes e se transmitem por hereditariedade, embora variem de indivíduo para indivíduo.
 - (D) as medidas especiais ou de ação afirmativa adotadas com a finalidade de assegurar o gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais de grupos que requeiram essa proteção também poderão constituir discriminação racial, ainda que essas medidas não levem à manutenção de direitos separados para grupos diferentes e não se perpetuem uma vez alcançados seus objetivos.
 - (E) a intolerância é um ato ou conjunto de atos ou manifestações de opinião pessoal, abrangidas e asseguradas pela liberdade de opinião, direito constitucionalmente assegurado no Estado Democrático de Direito, não podendo ser limitado ou restringido, diante da vedação da prática de censura.



66. A Convenção Americana de Direitos Humanos

- (A) define regras para a expulsão de cidadãos do território do Estado do qual for nacional, bem como hipóteses de privação do direito de nele entrar.
 - (B) autoriza e regulamenta a expulsão coletiva de estrangeiros.
 - (C) reconhece o acesso à internet como um direito fundamental e estabelece diretrizes para sua promoção.
 - (D) dispõe que o direito à identidade genética é fundamental, relacionado à dignidade humana e à busca pela própria identidade do indivíduo.
 - (E) permite que a lei interna de cada país faça restrições ao direito de reunião.
-

67. Os Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDHs)

- I. são iniciativas do Governo Federal, criadas por meio de decreto presidencial.
- II. têm como um de seus eixos orientadores a Segurança Pública, o Acesso à Justiça e o Combate à Violência.
- III. têm como única prioridade os direitos civis e políticos.
- IV. estabelecem diretrizes e medidas a serem seguidas exclusivamente pela sociedade civil e pela iniciativa privada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
 - (B) I e II.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e III.
-

68. De acordo com a Constituição Federal, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal poderá ser suscitado em qualquer fase do inquérito ou processo pelo

- (A) Advogado-Geral da União perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Presidente do Supremo Tribunal Federal perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Presidente da República perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Procurador-Geral da República perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Presidente do Congresso Nacional perante o Superior Tribunal de Justiça.
-

69. A Convenção Americana de Direitos Humanos prevê expressamente que

- I. a pessoa condenada à pena de morte tem direito a solicitar anistia, indulto ou comutação da pena, desde que seja menor de dezoito anos de idade ou maior de setenta.
- II. não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada.
- III. não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- IV. em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.
-

70. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), a Corte Interamericana de Direitos Humanos

- (A) terá como *quorum* para suas deliberações o total de 11 (onze) juízes.
 - (B) poderá ter em sua composição até 2 (dois) juízes da mesma nacionalidade.
 - (C) será composta por 7 (sete) juízes, nacionais dos Estados-Membros da Organização, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral.
 - (D) será composta por juízes eleitos, em votação aberta e pelo voto de 3/5 (três quintos) dos Estados-Partes na Convenção.
 - (E) será composta por juízes eleitos por um período de 5 (cinco) anos, vedada a reeleição.
-